

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>Diretoria Adjunta Operacional</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	<b>Formulário da Qualidade</b>	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	<b>Comissões Técnicas Permanentes</b>	DATA REVISÃO:	
	<b>Ata de Audiência Pública</b>		

## **ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

Ao terceiro dia do mês de maio do ano de 2019, às catorze horas, no auditório deputado Murilo Aguiar, realizou-se Audiência Pública com o tema: **Discutir o Projeto de Lei que trata sobre a reforma da previdência dos militares, na forma que indica.** Autor do Requerimento: deputado Soldado Noélio. Com a presença da senhora deputada: Dra. Silvana, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde, e as seguintes autoridades: Senador Eduardo Girão, Senador Major Olimpio, deputado federal Capitão Wagner, deputado federal subtenente Gonzaga, deputado federal Capitão Alberto Neto, deputado estadual soldado Prisco, deputado estadual Delegado Cavalcante, vereador de Fortaleza Sargento Reginauro, o secretário-executivo da Associação Nacional dos Praças (Anaspra), Héder Martins de Oliveira; Major Alquimar, representante do comando geral da corporação; o presidente da Associação dos Praças do Estado do Ceará, Sargento Eliziano Queiroz; e o presidente da Comissão de Direito Previdenciário e Assistência Social da OAB-CE, João Ítalo de Oliveira Clemente. A audiência deu início com o autor do requerimento deputado Soldado Noelio afirmando ter consciência de que a reforma da Previdência afeta a todos os trabalhadores e não só as categorias militares e, por isso, é importante a discussão do tema. Em seguida o deputado federal Capitão Wagner ressaltou a importância de debater o assunto para construir uma melhor proposta. “Seria egoísta da nossa parte defender os militares e deixar outros trabalhadores de fora. A reforma da Previdência do jeito que foi apresentada eu não aprovo e acho que tem que ser discutida com muito cuidado”. O parlamentar avaliou ainda que o Governo não apresentou dados importantes para o debate e, mesmo preocupado com a questão fiscal do País, não se pode colocar “o interesse social em segundo plano” e “colocar nas costas do trabalhador menos favorecido essa conta é uma injustiça”. Em seguida o deputado estadual da Bahia, Soldado Prisco, afirmou jamais defender uma situação contrária à classe trabalhadora. “Estamos vendo chegar um duro golpe e nossa categoria ainda está adormecida. Precisamos acordar”, comentou. Policiais e bombeiros militares não são reconhecidos como cidadãos, ressaltou o deputado, explicitando situações sobre carga horária e escala de trabalho. Logo após o deputado federal Capitão Alberto Neto indicou que os militares contribuem com a pensão militar para o tesouro estadual. “Quando conseguimos chegar ao final da carreira, temos o bônus com integralidade e paridade e vamos para a reserva com o mesmo valor de remuneração. Não tem aposentadoria, o profissional vai pra reserva”. O deputado ressaltou que o debate sobre a PEC 06/19 está acontecendo na comissão especial da Câmara Federal para a construção de um texto afinado que pode mudar a vida dos militares e de suas famílias e, por isso, é necessário que haja participação da categoria. Em seguida O presidente da Associação Nacional dos Praças (Anaspra), Elisando Lotin, reiterou que a proposta de reforma traz prejuízos enormes para a classe trabalhadora como um todo. Para ele, a

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>Diretoria Adjunta Operacional</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	<b>Formulário da Qualidade</b>	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	<b>Comissões Técnicas Permanentes</b>	DATA REVISÃO:	
	<b>Ata de Audiência Pública</b>		

reforma está colocada para agradar o mercado financeiro, enquanto as categorias militares tentam prestar serviço sem condições de trabalho, sendo perseguidas e com salários baixos. “A solução para a questão fiscal já foi colocada, como imposto sobre grandes fortunas, cobrança de devedores, auditoria da dívida pública, imposto sobre dividendos. Existem formas de resolver e basta ter coragem. A reforma como está colocada hoje é desumana para a classe trabalhadora, para a categoria dos bombeiros e policiais militares”, ressaltou Lotin. “Se querem nos colocar no regime geral da Previdência, nos deem os direitos também, de limitação de jornada, direito a sindicalização, fim da dedicação exclusiva, etc.”, comentou o coronel Abelardo Bridi, da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme). Segundo ele, a Federação busca que as categorias sejam tratadas como as Forças Armadas. E nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Conceição Carneiro, assessora, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pelo(a) presidente da Audiência Pública, deputado Soldado Noélio.

---

Deputada Dra. Silvana